

A provincianização de Brasília

**Edson Nery da
Fonseca**
Jornalista

Professor Emérito da
Universidade de Brasília

DE 12 DE ABRIL DE 1988 A 5 DE MARÇO DE 1990, tive a honra e o prazer de trabalhar no Gabinete Pessoal do Presidente José Sarney, requisitado à Universidade de Brasília para tomar parte nos projetos Memória dos Presidentes da República e Conjunto Cultural de Brasília. O primeiro concretizou-se em São Luís do Maranhão com a restauração do antigo Convento dos Mercedários no qual está reunida a documentação arquivística, bibliográfica e museográfica do escritor e presidente maranhense.

Embora Tancredo Neves não tenha exercido a presidência, decidiu-se incluir no projeto a memória do insigne político mineiro, organizada por uma de suas sobrinhas que é professora de História, e localizada em São João del Rei. O Instituto Fernando Henrique Cardoso é outro fruto do projeto Memória dos Presidentes da República, que teve sua continuidade assegurada com a criação, na Presidência, de uma Secretaria de Documentação Histórica.

O Conjunto Cultural de Brasília tinha como objetivo a integração do Arquivo Nacional, da Biblioteca e do Museu da Civilização Brasileira, este nome sugerido por Le Corbusier quando visitou Brasília. O Conjunto Cultural de Brasília foi previsto por Lúcio Costa para ocupar os setores Norte e Sul da cidade, no início da Esplanada dos Ministérios. A integração evitaria a duplicação de serviços por meio

da informática, conservação e reprodução de documentos. Da unidade central também faria parte um grande auditório destinado, dentre outras funções, à entrega dos prêmios nacionais de Ciências, Letras e Artes. Na passagem de pedestres que ligaria os setores Norte e Sul haveria livrarias, lojas e restaurantes. Este projeto foi discutido e aprovado por uma comissão de notáveis intelectuais brasileiros em várias reuniões e debates realizados na

Não parece lícito modificar o Plano Piloto tal como foi concebido pelo genial urbanista e tombado pela Unesco

sede do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Oscar Niemeyer já desenhara os projetos dos edifícios e a Fundação Banco do Brasil aprovara recursos financeiros para as construções.

Tendo José Sarney deixado a presidência da República e José Aparecido de Oliveira o governo do Distrito Federal, a comissão foi dissolvida e o Conjunto Cultural de Brasília ficou reduzido a uma maquete exposta durante algum tempo na entrada do Palácio do Planalto. Aposentado por limite de idade, voltei a morar em minha terra natal e, agora, amigos de Brasília me dão notícia de que o go-

vernador do Distrito Federal inaugurou às pressas o Conjunto Cultural João Hercúlio, a Biblioteca Leonel Brizola e o Museu Honestino Guimarães. Além de ignorar os estudos realizados em 1989 e 1990 para implantação do Conjunto Cultural de Brasília, o GDF batizou edifícios públicos com nomes que nada fizeram para sua existência.

Sem nenhum despreço pelos personagens citados, temos de reconhecer que na escolha de seus nomes predominou o que Darci Ribeiro chamaria a provincianização de Brasília. Ao enumerar, no Plano Orientador da Universidade de Brasília, os objetivos básicos da então recém criada universidade (1962), Darci escreveu que ela pretendia dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a libertasse “do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo”.

Infelizmente, a UnB não conseguiu impedir Brasília de provincianizar-se. Com exceção de Leonel Brizola – fundador de um partido político nacional e excelente governador do Rio de Janeiro – João Hercúlio e Honestino Guimarães são nomes conhecidos apenas em Brasília: o primeiro por haver fundado uma universidade privada e o segundo por ter sido vítima da ditadura militar.

Quando governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira de-

nominou Brasília capital de todos os brasileiros (o lema do atual governo federal é um plágio de Duda Mendonça). E com sua ampla visão de estadista integrou a cidade na rede internacional de capitais das nações latinas. Foi ele que conseguiu incluir o Plano Piloto de Brasília entre os bens culturais da humanidade tombados pela Unesco. Vê-se que o preço pago pela independência política da capital da República é sua goianização, palavra que emprego sem esquecer as tradições culturais do estado de Goiás, com as belíssimas cavalcadas de Pirinópolis, a pintura de Siron Franco, a poesia e os quitutes de Cora Coralina, a ficção de Bernardo Elis, a obra poética de Afonso Félix de Sousa e o ensaísmo de Gilberto Mendonça Teles. Mas o que fixou-se em Brasília foi a sub-literatura goiana, tão bem representada na Assembléia Legislativa do Distrito Federal, que é um reduto de poetastros, a julgar por seu ridículo tablôide mensal.

Teria o governo do Distrito Federal o direito de apossar-se dos terrenos da Esplanada dos Ministérios destinados a órgãos da União, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu da Civilização Brasileira? Lúcio Costa destinou a parte Oeste do Eixo Monumental ao governo da República, fixando a administração municipal de Brasília na parte Leste. Não parece lícito modificar o Plano Piloto tal como foi concebido pelo genial urbanista e tombado pela Unesco.